

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXXI

FLORIANÓPOLIS, 7 DE ABRIL DE 2022

NÚMERO 8.065

MESA

Moacir Sopelsa
PRESIDENTE

Maurício Eskudlark
1º VICE-PRESIDENTE

Kennedy Nunes
2º VICE-PRESIDENTE

Ricardo Alba
1º SECRETÁRIO

Rodrigo Minotto
2º SECRETÁRIO

Padre Pedro Baldisserra
(em licença)
3º SECRETÁRIO

Laércio Schuster
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: José Milton Scheffer

BLOCO PARLAMENTAR MDB/NOVO

Líder: Valdir Cobalchini
Lideranças dos Partidos:
MDB NOVO
Valdir Cobalchini Bruno Souza

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO PSD/PSC

Líder: Milton Hobus
Lideranças dos Partidos:
PSD PSC
Ismael dos Santos Jair Miotto

BLOCO PARLAMENTAR PP/PSB

Líder: João Amin
Lideranças dos Partidos:
PP PSB
Nazareno Martins

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO REPUBLICANO PDT/PSDB/REPUBLICANOS

Líder: Marcos Vieira
Lideranças dos Partidos:
PSDB REPUBLICANOS
Marcos Vieira Sergio Motta

PARTIDO DOS TRABALHADORES PT

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Ivan Natz

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Milton Hobus - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
Valdir Cobalchini
Marcius Machado
Ana Campagnolo
Fabiano da Luz
Paulinha

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Nilsa Berlanda - Presidente
Ismael dos Santos

Jerry Comper
Ana Campagnolo
Adriano Pereira
Marcos Vieira
Valdir Cobalchini
Jair Miotto
João Amin
**COMISSÃO DE TRANSPORTES
E DESENVOLVIMENTO URBANO**

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Jerry Comper
Romildo Titon
Ivan Natz

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Volnei Weber

Neodi Saretta
Luiz Fernando Vampiro
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Volnei Weber - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente

Mauro de Nadal
Marcius Machado
Fabiano da Luz
Paulinha
Julio Garcia
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Luiz Fernando Vampiro
Marcius Machado
Adriano Pereira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Ada De Luca
Sargento Lima
Dr. Vicente Caropreso
Fabiano da Luz
Altair Silva

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Adriano Pereira
Fernando Krelling
Bruno Souza
Sargento Lima
Coronel Mocellin
Marlene Fengler
Julio Garcia
Altair Silva

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Mauro de Nadal - Vice-Presidente
Volnei Weber
Coronel Mocellin
Neodi Saretta
Marcos Vieira
Marlene Fengler

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Ada De Luca - Vice-Presidente
Bruno Souza
Ivan Natz
Adriano Pereira
Marcos Vieira
João Amin

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Natz - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Fabiano da Luz
Paulinha
Marlene Fengler
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Mauro de Nadal
Jessé Lopes
Dr. Vicente Caropreso
Julio Garcia
Nazareno Martins

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Sérgio Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Felipe Estevão
Jair Miotto
Nazareno Martins

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Jerry Comper - Presidente
Milton Hobus - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Fabiano da Luz
Sérgio Motta
Nilson Berlanda

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coronel Mocellin - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Ada De Luca
Bruno Souza
Fabiano da Luz
Milton Hobus
Jessé Lopes

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Valdir Cobalchini - Presidente
Adriano Pereira
Ana Campagnolo
Fernando Krelling
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Altair Silva

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Paulinha - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Romildo Titon
Bruno Souza
Marcius Machado
Julio Garcia

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
Ada De Luca
Valdir Cobalchini
Nilson Berlanda
Jair Miotto

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Marlene Fengler - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Fernando Krelling
Luiz Fernando Vampiro
Felipe Estevão
Neodi Saretta
Jair Miotto

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Volnei Weber
Jessé Lopes
Adriano Pereira
Sérgio Motta
Jair Miotto

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Romildo Titon - Presidente
Sérgio Motta - Vice-Presidente
Jerry Comper
Ana Campagnolo
Neodi Saretta
Marlene Fengler
Altair Silva

<p>Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006</p> <p>Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009)</p> <p>Evandro Carlos Dos Santos Diretor</p> <p>Coordenadoria de Publicação</p> <p>Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa.</p> <p>Edson José Firmino Coordenador</p> <p>Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009</p> <p>Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa Nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução Nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE</p> <p style="text-align: center;"></p> <p style="text-align: center;">Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC</p> <p style="text-align: center;">IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 24 PÁGINAS</p>	<p style="text-align: center;">ÍNDICE</p> <p>CADERNO LEGISLATIVO.....2 ATAS2 SESSÃO PLENÁRIA.....2 COMISSÃO PERMANENTE ... 13</p> <p>CADERNO ADMINISTRATIVO 13 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS 13 ATOS DA MESA 13 PORTARIAS 17</p>
--	--	---

CADERNO LEGISLATIVO

ATAS

SESSÃO PLENÁRIA

ATA DA 022ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2022 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO MOACIR SOPELSA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Pedro Celso Zuchi - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Silvio Dreveck - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Moacir Sopelsa
Deputado Maurício Eskudlark
Deputado Ricardo Alba

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK(Presidente) – Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Breves Comunicações

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) – Fala da importância do seu PL nº 0356/2020, o qual proíbe a linguagem neutra nas instituições públicas do Estado de Santa Catarina.

Cobra um posicionamento da Defensoria Pública na ajuda aos policiais que recebem processo, por exemplo, ao invés de publicar minutas ideológicas. Cobra uma cartilha sobre a importância da abordagem policial, já que estão preocupados com a sociedade.

Espera que a Casa Legislativa não aprove a cartilha como está, e que no mínimo acrescentem também os deveres do cidadão, e não só os direitos. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) – Acredita que depois da fé, a força mais poderosa é o exemplo, e neste sentido, demonstra a sua preocupação com as coisas públicas, cuja fiscalização é constitucionalmente a obrigação do Parlamentar.

Apresenta uma imagem em Plenário, tratando-se do noticiamento de que Tribunal de Contas do Estado aponta seis irregularidades e manda suspender a licitação para duplicar o trecho da SC-108, entre Guarimirim e Massaranduba. A informação diz que as irregularidades poderiam concorrer a um prejuízo por superfaturamento da obra em R\$5,2 milhões.

Traz a resposta da Secretaria de Infraestrutura do Estado por meio de nota, onde comunica que o edital das obras está suspenso, sendo somente essa a medida tomada pelo órgão sobre o caso. Lamenta que em Santa Catarina 'tudo termine em pizza', e traz um segundo assunto, no tocante a compra dos respiradores fantasmas, à época do ex-Secretário da Saúde Helton Zeferino, que alegou não ter nenhuma culpa quanto ao fato.

Fala que está reenviando um pedido de informação ao senhor Fernando da Silva Comim, Procurador Geral de Justiça de Santa Catarina para falar sobre os PLCs nºs 381 e 781, que tratam da verba de equivalência, transposição de cargo sem salário, vale combustível e outros temas.

Lembra que é para isso que o cidadão paga imposto, infelizmente para sustentar a máquina pública. Reforça que durante à tarde estarão discutindo temas sobre tributação e espera que o catarinense não arque com mais roubos dentro do Estado. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Orador) – Registra com alegria a compra de seis aparelhos de Hemodiálise para o Centro Renal Vida, em Blumenau, e que tem sede também nas cidades de Brusque e Itajaí.

Destaca que foi destinada verba para o balizamento noturno para o Aeroporto de Blumenau, salientando que é muito importante para a cidade ter um aeroporto operacional também à noite, principalmente quanto ao transporte de órgãos, já que Blumenau recebeu o título de Cidade dos Transplantes de Santa Catarina.

Informa a destinação de R\$28 milhões do Governo estadual para a construção do Centro de Convenções da cidade de Blumenau, citando com muito orgulho que todas as ações tiveram a sua participação através de emendas impositivas de sua autoria. *[Taquiografia: Ana Maria]*

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) – Afirma que ninguém faz nada sozinho, que no Parlamento se trabalha pelo coletivo, todos lutando pela mesma causa, e que todas as conquistas pelo Estado são sempre resultado do trabalho de várias mãos para que a população possa ser atendida em retorno aos impostos.

Denuncia reclamações da categoria Magistério Público catarinense com relação à folha de pagamento salarial, pois os profissionais da área da educação efetivos reclamam que estão ganhando bem menos que os ACTs que estão sendo contratados. Diz que o Governo estadual tem que corrigir essa injustiça, sendo necessário de forma urgente ver o que está ocorrendo com a legislação estadual com relação à categoria da educação.

Apresenta vídeo, mostrando a depredação dos banheiros de um Ginásio de Esportes de uma cidade, alertando que os culpados já foram identificados e que são todos menores de idade. Afirma que não vai acontecer nada com os culpados, por isso, solicita apoio dos colegas do Parlamento com relação ao Projeto de Lei, de sua autoria, que penaliza os pais como responsáveis pelos atos praticados por seus filhos quanto a prejuízos causados aos cofres públicos, principalmente quando forem menores de idade. *[Taquiografia: Ana Maria]*

Partidos Políticos

Partido: PL

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO (Oradora) - Manifesta-se a respeito do episódio ocorrido em 17 de março do presente ano, na Casa Legislativa, durante evento da UVESC, quando um Vereador questionou a Deputada Estadual do PT,

que era a palestrante, sobre dados numéricos referentes à violência contra homens. Faz exibição vídeo do Vereador em que mostra o posicionamento do mesmo e o entendimento de que tema violência doméstica deve ser tratado como um todo.

Tece comentários referentes à moção de repúdio da Câmara Municipal de Vereadores de Dionísio Cerqueira sobre o ato do Vereador durante o evento, e menciona que será enviada a todas Câmaras de Vereadores do Estado nota demonstrando apoio ao Vereador, com dados numéricos e percentuais sobre mortes por doenças, por acidentes no trabalho, atividades perigosas desempenhadas, níveis educacionais, trabalho infantil, e outros dados relacionados à violência sofrida por homens.

Em tempo, exhibe vídeo em que mostra uma deputada do PT referindo-se à violência que a Ministra Damares sofreu na infância, bem como outros episódios de ataques, os quais considera atos de violência política e de expressão. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: PT

DEPUTADO PEDRO CELSO ZUCHI (Orador) - Faz comentários sobre ginásio de esportes depredado, que foi comentando na tribuna pelo Deputado Ivan Naatz, dizendo que o mesmo foi inaugurado quando era Prefeito de Gaspar. Fala que é preciso ter gestão, participação da comunidade, diálogo, fazer entender que as pessoas que pagaram para fazer o ginásio, agora terão que pagar para reformar, e entende que é necessário parceria para manter a escola em condições adequadas para ser utilizada.

Também, faz referências às festividades comemorativas aos 80 anos de fundação do Clube Atlético Tupi, de Gaspar, parabenizando-o e discorrendo sobre o trabalho social da escolinha de futebol, que atende aproximadamente 250 crianças, e menciona que em 2008 a Assembleia Legislativa declarou tanto o clube como a sua escolinha de futebol entidades reconhecidas de utilidade pública. *[Taquígrafa: Sílvia]*

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) – Pede ao Governador que mostre os documentos solicitados, e exhibe a recusa formal, assinada pelo Coronel do Bombeiro Militar, proibindo de revelar quem esteve no avião ambulância de Santa Catarina. Questiona se o Governador está recusando apresentar os documentos por ter algo a esconder.

Comenta que a utilização do avião ambulância para usos pessoais reflete na verba destinada à saúde de Santa Catarina, e relembra que o Governador, no início de seu mandato, prometeu utilizar voos comerciais para se deslocar, mas agora esses documentos provarão que o Governador está se contradizendo.

Solicita que a imprensa apure esse acontecimento, e comunica que já fez uma denúncia ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas do Estado. Acrescenta que, na presente data, entrou com um mandado de segurança para ter acesso aos documentos. Informa que uma criança com cardiopatia, em Lages, precisou de transporte e o avião não estava disponível, pois estava ocupado para eventos particulares do Governador.

Saúda os donos de bares e restaurantes, presentes na Casa, deixa claro que estará junto para derrubar o veto, evitando o aumento de impostos.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) – Concorda com o Deputado Bruno Souza. Sugere que a Casa convide o Comandante do Corpo de Bombeiros para mostrar o diário de bordo. *[Taquígrafa: Northon]*

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) – Ressalta a importância da votação do veto, pois está relacionada com empregos e segurança alimentar, e comunica que a bancada do PL votará contra o veto do Governador.

Informa que a Assembleia Legislativa repassou R\$135 milhões ao Poder Executivo para realização de cirurgias eletivas em Santa Catarina. Pede celeridade ao processo, pois, devido à inoperância do Governo estadual, algumas pessoas estão ficando cegas. Pede que o Governo do Estado agilize, contrate médicos e faça convênios com os hospitais.

Comenta que recebeu ligação para ajudar uma criança de Lages que precisava ser transportada para Joinville, e a mesma veio a óbito por falta de transporte. Questiona onde estaria o avião ambulância, e pede que esse assunto seja esclarecido, pois a verdade deve aparecer para o povo catarinense. *[Taquígrafa: Northon]*

Partido: PP

DEPUTADO JOÃO AMIN (Orador) - Cumprimenta os empreendedores catarinenses, os quais infelizmente perderam tempo ao comparecer à Assembleia Legislativa na presente data. Repudia veementemente manobra assinada por alguns líderes da Casa, requerendo o adiamento da votação do veto à redução do ICMS.

Afirma que o adiamento em cima da hora é um absurdo e desrespeita todos que se mobilizaram e compareceram à Alesc para participar de uma discussão democrática. Em nome da Assembleia, pede desculpas aos veículos de imprensa e a todas as pessoas que deixaram seus negócios de lado para comparecerem à presente sessão.

Deputado Bruno Souza (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo pronunciamento, dizendo que se sentiu representado. Pede desculpas, em nome dos Deputados que respeitam o setor e se dispuseram a votar, a todos os empreendedores de Santa Catarina. [Taquiografia: Roberto]

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

(Passa a ler)

“Votação.

Comunico que foi protocolado Requerimento Para Adiamento da Discussão da Mensagem de Veto n. 01042/2021, subscrito por líderes que representam a maioria dos membros do Parlamento. E nos termos do § 1º do art. 112 do Regimento Interno da ALESC, parte final, acato o requerimento e, conseqüentemente, fica retirada da Ordem do Dia a discussão e votação da Mensagem de Veto n. 1042/2021.”

Está retirado de pauta no dia de hoje.

Deputado Bruno Souza – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - “Me parece justo que nós... Eu nem sei quem assinou esse negócio aí. Eu quero saber quais foram os líderes que assinaram e partidos, por favor. Se possível ler para nós cada um dos líderes de partidos, eu lhe agradeço.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Senhor Deputado, está assinado pela bancada do MDB, pelo líder do MDB, deputado Cobalchini, nove votos; pela bancada do PSD, quatro votos; pela bancada do PT, quatro votos; pela bancada do PSD, dois votos; pela bancada do PP, três votos.”

Deputado João Amin – Pede a palavra para uma questão de ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado João Amin.

DEPUTADO JOÃO AMIN - “Eu solicito, há um acordo aqui no Plenário, para que esse requerimento seja individual. Por quê? Justifico por quê? O líder do meu partido assinou isso aqui, mas eu não fui nem consultado. Eu fui surpreendido quando entrei aqui no Plenário. Então, como nós temos um quórum qualificado aqui no Plenário, que esse requerimento... seja feita de forma no painel, e cada um dos Deputados vai poder opinar sobre o assunto. Até porque, se essa mensagem de veto for realmente retirada de pauta, eu vou fazer um requerimento para que se anuncie o dia e o horário que isso aí vai ser votado, porque senão vai ficar esse chove não molha, toda hora aí, o pessoal tem mais o que fazer e está aqui perdendo seu tempo. Pode ser feito de maneira individual, presidente?”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - “Deputado João, vossa excelência aqui sempre foi respeitado. É pedido de líderes, e esse requerimento com a maioria dos líderes contempla aquilo que nós sempre fizemos aqui nessa Casa. O pedido de líder sempre foi acatado, e esse pedido desses líderes, os líderes representam as suas bancadas. Por isso, o projeto de votação hoje está retirado, deputado.”

DEPUTADO JOÃO AMIN - “Muitos líderes aqui não foram nem consultados, presidente!”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Cada líder representa a sua bancada.”

DEPUTADO JOÃO AMIN – “Muitos deles não foram nem consultados. Não é unanimidade!”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “É a maioria, deputado João, não precisa ter unanimidade.”

Deputado Ivan Naatz – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO IVAN NAATZ – “Senhor deputado, desde cheguei aqui na Casa, senhor Presidente, as decisões de líderes sempre foram convocadas pela Presidência, e depois da conversa entre os líderes é que se tomava uma deliberação a respeito de qualquer pauta. O que está acontecendo aqui, é um requerimento coletivo da bancada governista, pedindo o adiamento de uma votação que certamente o Governo ia perder, ia ter a maioria dos votos e os vetos seriam rejeitados. E o

Parlamento se apequena. Se apequena porque, quando tiram um projeto de lei de pauta, é para fazer alguma conversa, e é para fazer alguma conversa que não é republicana, para fazer alguma conversa que os catarinenses não querem ouvir. Então, eu suplico a vossa excelência mais uma vez que rejeite o requerimento, coloque os vetos em pauta.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - “Deputado Ivan Naatz, vossa excelência está fazendo uma insinuação que é da vossa consciência, pode não ser da maioria dos deputados. Segundo, deputado Ivan, o requerimento não foi um acordo de líderes, foi um requerimento assinado pela maioria dos líderes, e a maioria dos líderes têm a prerrogativa de fazer essa retirada. O veto, não quer dizer que esse projeto não venha a ser votado. Esse projeto venha a ser votado. Nós vamos pautar novamente esse projeto para que ele seja votado. Enquanto nós tivermos a esperança de construir uma possibilidade de fazer um acordo que possa atender melhor as partes, eu não vou desistir. Agora, quando nós não temos mais essa possibilidade em encontrarmos a solução, que não houve essa possibilidade, vamos trazer o veto para o Plenário, e o Plenário é majoritário e vai decidir, pode ter certeza.”

Deputado Ismael dos Santos – Pede a palavra para uma questão de ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Ismael dos Santos.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - “Presidente, a minha posição já é notória na imprensa em relação a essa questão do projeto. E em relação ao requerimento, salvo melhor juízo, eu acho que há um prazo de até cinco sessões, é isso? Eu gostaria que fosse esclarecido pela Mesa para que, inclusive, a plateia pudesse ter essa consciência de até quando pode se arrastar o processo de votação.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Até dez sessões, deputado Ismael, respondendo a vossa indagação.”

Deputado Bruno Souza – Pede a palavra para questão de ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA – “Na esteira do que propôs o Deputado João Amin e da pergunta do Deputado Ismael, essa Casa podia então, eu vou deixar aqui uma sugestão, em respeito a todo esse setor que está aqui, que sustenta inclusive essa Casa! Eles pagam impostos e essa Casa trabalha para esse setor também. E para não fazer mais ninguém de criança, ficar brincando com as pessoas, vamos aqui assumir uma data de votação. Eu quero fazer essa sugestão, já que não vai ser votado hoje. Eu gostaria que fosse votado hoje, eu ainda rogo que vossa excelência possa botar em votação hoje, mas se não o for, pelo menos vamos agir aqui como adultos e respeitar essas pessoas todas aqui, e dizer uma data definitiva, certo, em que iremos votar isso, Presidente, por favor!”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Deputado Bruno, primeiro ninguém está fazendo brincadeira aqui, nós não estamos brincando, nós estamos tentando buscar um entendimento e que me parece justo. Segundo, nós vamos informar a todos os Parlamentares, nós temos no Regimento que nos dá até dez sessões para nós votarmos, colocarmos em votação mais uma vez a mensagem de veto, e dentro desse prazo nós comunicaremos a todos os Deputados quando estará em votação a mensagem de veto. Até dez sessões.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado José Milton Scheffer.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - “Presidente, eu já não tinha pedido a palavra, mas acho que esse tempo tem que ser considerado, que ele pode ser muito importante e muito interessante para todas as partes envolvidas. A Assembleia, esta Casa, os 40 Deputados deram no final de ano uma demonstração, aprovando esse projeto. Esse projeto que está hoje sendo os vetos.... foram propostos e aprovados por Deputados que estão sentados nessa Casa aqui. Então, não vamos jogar alguém, um contra o outro. A Assembleia fez a sua parte, ao estudar o projeto o Governo aprovou um grande número de projetos de leis propostas por Deputados, entendeu a Procuradoria Geral do Estado de que alguns projetos tinham problemas a serem avaliados e fez o veto. Nós temos discutido, trouxemos o setor aqui, sentou com o Secretário da Fazenda, houve diálogo, conversas, alguns segmentos avançaram e outros não. Quando os líderes pedem mais alguns dias, é para se tentar avançar na discussão da construção de uma solução, que vai ser bom para Santa Catarina. Então eu não vejo como, mais algumas sessões, ser prejudicial. A não ser para aqueles que não querem construir uma solução. Vamos tentar até a última hora construir uma solução consensual para que todos os setores possam vir a ser beneficiados. É isso Presidente.”

Deputado Fabiano da Luz – Pede a palavra pela ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - “Senhor Presidente, senhores Deputados, nós precisamos entender que esse projeto não é tão simples, como foi vendido aí fora. Esse projeto tem dois ou três itens que têm um apelo social, popular, mas

tem inúmeros jabutis aí no meio, que são muito delicados. Se esse projeto for votado na íntegra, como ele está aqui colocado, é bem provável que o Governo vá judicializar. E aí todo o trabalho se perdeu. Ninguém vai ter benefício nenhum, porque é um processo que vai para a justiça, e aí não tem prazo para ser concluído. Então, a tentativa é de a gente fatiar esse projeto, porque tem alguns pontos em que realmente precisa se derrubar o veto, mas tem alguns pontos que o veto é justamente para evitar que esses jabutis nasçam dentro desse projeto e vá se prejudicar todos os setores, ao invés ... Por isso, a tentativa de tentar criar um acordo entre a Assembleia e o Governo para que, aquilo que realmente for importante para sociedade, seja aprovado, e aquilo que a gente sabe que é um que é muito complicado, não venha a ser aprovado. E também cabe aqui ressaltar que, dos bares e restaurantes, não vai chegar a um por cento os beneficiados com esse projeto.”

Deputado Sargento Lima – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Sargento Lima.

DEPUTADO SARGENTO LIMA – “Presidente, primeiro temos que ter a plena consciência de que nós estamos aqui por essas pessoas que estão aguardando essa votação, e não o contrário. Essa é a verdade. Nós estamos aqui para ser a voz dessas pessoas e não o contrário. Esse é o motivo, o verdadeiro motivo de nós estarmos aqui. Eu gostaria de tentar entender como que o que não foi resolvido em cinco meses vai ser resolvido agora?! Só isso! Qual a fundamentação para se resolver em dez dias o que não foi resolvido em cinco meses. Simplesmente isso! Nós devemos esse respeito a essas pessoas, Presidente, e mais uma vez eu peço para que seja colocado hoje em votação. Se alguém não se preparou para isso, aí é um problema individual do Parlamentar. Eu me preparei para isso, para vir hoje aqui e votar. Essas pessoas também estão aguardando, que são o verdadeiro motivo de nós estarmos sentado aqui hoje, são essas pessoas.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Só que fique claro, o projeto de lei está, de veto, está retirado, e eu estou deixando que os Deputados possam fazer o seu pronunciamento. O projeto de lei será votado, não temos... No máximo dez sessões que essa Casa fará. Eu também quero deixar registrado que na derrubada ou na manutenção do veto, senhores deputados e senhoras deputadas, não vejo que haja vencedor e perdedor. O que eu vejo, que tanto derrubando quanto mantendo o veto não há ganhador. Não há ganhador. Nós precisamos construir, trabalhar para construir um entendimento. Se não for possível, vamos trazer para o Plenário, e o Plenário vai decidir. Agora, eu ainda acredito, Deputados, nós estamos aqui há três semanas, que a gente teve a decisão da comissão de Constituição e Justiça, e nessas três semanas não tivemos essa possibilidade. Mas vamos tentar, vamos tentar que haja acordo, que todos possam ganhar. Se não há, vamos trazer para Plenário para votar.”

Deputado Valdir Cobalchini – Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI – “Bom senhor presidente, lembrar de que este é um instrumento previsto no Regimento Interno. Primeiro, cumprimentá-lo por ter pautado na busca de um entendimento. Infelizmente esse entendimento, até por falta de interlocução nesse momento. O secretário da Fazenda fora do Estado. O Secretário da Casa Civil, com quem tínhamos uma excelente interlocução, pelas razões que só cabe a ele, não está no Governo. E o que nós buscamos sempre aqui é o diálogo, sempre. Se decidíssemos hoje, alguém perderia. O que nós queremos, juntos, é buscar esse entendimento, e foi iniciativa nossa. Não foi absolutamente qualquer tipo de contato que o Executivo fez aqui, com estes líderes. Nós entendemos que o melhor caminho ainda, da solução, é o diálogo, e nesse espaço de tempo, ou encontramos a solução ou se pauta e o Plenário decide.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – Está encerrada a discussão.

Deputado João Amin – Pede a palavra para uma questão de ordem.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Sobre esta questão, Deputado? Está encerrada.”

Deputado João Amin – “É sobre o Regimento. É uma questão regimental.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Já encerrou, Deputado!”

Deputado João Amin – “Não! Não encerrou ainda.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Encerrou, Deputado, eu já encerrei!”

Deputado João Amin – “Sabe porque que não encerrou, Presidente? Por isso que eu vou lhe explicar. O art. 204 do nosso Regimento diz o seguinte: serão apresentados por escrito e submetidos à deliberação do Plenário (ou seja, o Plenário tem que concordar) os requerimentos que: (uma série de documentos) e, inclusive, adiamento de discussão ou

votação. Então, aquela solicitação que eu tinha lhe feito informalmente, agora eu lhe faço com base no nosso Regimento. O art. 204 é claro, Presidente. Não são os líderes que vão decidir, até porque eu não concordo com isso, mas um líder representa o meu partido. Quem tem que decidir isso são os Deputados, que é o art. 204 do nosso Regimento.”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Quando não é por acordo de maioria de líderes, deputado João. Aqui está pela maioria de líderes.”

DEPUTADO JOÃO AMIN - “Isso não está no Regimento, Presidente!”

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (Presidente) – “Está sim senhor, Deputado. Parágrafo primeiro, art. 112.”

[Transcrição: Taquígrafa Sara]

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2021, de autoria do Deputado Jerry Comper, que denomina Emília de Oliveira o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Prefeito Marcus Rauh, no Município de Indaial.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0371/2021, de autoria do Deputado Volnei Weber, que denomina Ginásio de Esportes Professora Ivone Savi Pessetti, o ginásio da Escola de Educação Básica de Timbé do Sul.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0104/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública informações acerca do indeferimento por meio do DETRAN/SC dos pedidos de transplantados renais para que conste em sua CNH o status de deficiente.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0105/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado de Educação informações acerca do projeto da obra a ser realizada na EEB Raulino Horn, localizada no Município de Indaial.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0106/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil informações acerca da licitação da barragem de Botuverá.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0107/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura informações acerca da licitação das obras que serão realizadas nas Rodovias SC-150 e SC-390, entre os municípios de Capinzal e Piratuba.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0108/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda informações acerca das obras a serem realizadas no âmbito do "Plano 100".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0109/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca da retomada das obras de reabilitação da Rodovia SC-401, trecho: ponte sobre o rio Ratonas - entroncamento Rodovia SC-404.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0110/2022, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade informações acerca do andamento do projeto de pavimentação da rodovia estadual entre os municípios de Rio Rufino e Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0234/2022, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, cumprimentando o Prefeito do Município de Morro Grande pela passagem do aniversário de emancipação político-administrativa do referido município.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0235/2022, de autoria do Deputado Volnei Weber, cumprimentando o Major Claudio Medeiros Varela pelo salvamento das vítimas na enchente de 24 de março de 1974.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0236/2022, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o senhor Darlan Romani por ser o novo Campeão Mundial Indoor de arremesso de peso.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0237/2022, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a Pedra Branca Empreendimentos Imobiliários pelo Empreendimento Primavera Office ser o primeiro prédio certificado Leed Platinum de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0238/2022, de autoria do Deputado Nazareno Martins, cumprimentando o Coordenador do PROERD e demais autoridades pelo aniversário de 22 anos do referido programa no Município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0239/2022, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, cumprimentando os Soldados bombeiros militares Jederson Bento de Bittencourt e João Paulo da Silva pelo ato de bravura realizado no Município de Tubarão.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0240/2022, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando a senhora Ana Cristina Blasi pelo lançamento do livro "Da Torre de Marfim ao Vale do Silício: O Papel Decisivo da Tecnologia e da Inovação para Universalizar o Acesso à Justiça e Criar Novos Líderes do Direito Brasileiro.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0241/2022, de autoria do Deputado Marcius Machado, apelando ao Superintendente Regional do DNIT no Estado de Santa Catarina pela construção de uma passarela, viaduto ou trincheira na Rodovia BR-282, na rotatória de acesso à Avenida João Assink, município de Bocaina do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0242/2022, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, apelando ao Governador do Estado que reconsidere as modificações trazidas pela Lei nº 18.241/2021, que determina a cobrança da antecipação do ICMS quando da entrada do Estado de produtos provenientes de outras unidades federativas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0243/2022, de autoria do Deputado João Amin, cumprimentando o senhor Felipe Neves Linhares por assumir a Presidência da Federação Ornitológica do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0244/2022, de autoria do Deputado Jessé Lopes, cumprimentando os policiais militares Ramon Zilli Stradiotto e Maurício Silva de Oliveira pelas funções desempenhadas na Rádio-Patrolha da Quarta Linha, em Criciúma.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0245/2022, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando os atletas do Camboriú Futebol Clube pela chegada pela primeira vez a uma decisão do campeonato estadual.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0246/2022, de autoria da Deputada Paulinha, cumprimentando o Dr. Gilberto Carvalho, pelos seus 30 anos de trabalho na área de saúde e pelas atividades desempenhadas na administração do município de Santa Cecília.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0247/2022, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando ao Ministro da Casa Civil da Presidência da República apoio à sanção do PLP nº 73/2021 (Lei Aldir Blanc 2).

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0387/2022, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Instituto do meio Ambiente de Santa Catarina informações acerca de Empresas de Caminhão Limpa-Fossa.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0371/2022, 0372/2022, 0373/2022, 0374/2022, 0375/2022, 0376/2022, 0377/2022, 0378/2022, 0379/2022 e 0380/2022, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0381/2022 e 0382/2022, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0383/2022, 0384/2022 e 0386/2022, de autoria do Deputado João Amin; e 0385/2022, de autoria do Deputado Jair Miotto.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0176/2022 e 0177/2022, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; 0178/2022, de autoria da Deputada Ada Faraco De Luca; 0179/2022 e 0187/2022, de autoria do Deputado João Amin 0180/2022, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 0181/2022, de autoria do Deputado Sargento Lima; 0182/2022 e 0183/2022, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0184/2022, 0185/2022 e 0186/2022, de autoria do Deputado Marcius Machado; 0188/2022 e 0189/2022, de autoria do Deputado Jessé Lopes; e 0190/2022, de autoria do Deputado Bruno Souza.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquiografia: Cinthia]*

Explicação Pessoal

DEPUTADO VOLNEI WEBER (Orador) - Discorre sobre projeto de lei de sua autoria que denomina o Ginásio de Esportes do Município de Timbé do Sul como Ginásio de Esportes Professora Ivone Savi Pessetti.

Conta que dona Ivone foi desbravadora no município, dedicando mais de 25 anos de sua vida à educação no interior do Estado. Nasceu em 1938, oriunda de uma família de italianos que foram os fundadores da cidade de Timbé do Sul.

Acrescenta que Ivone foi professora e alfabetizadora na escola situada em terreno doado por seus pais, atualmente conhecida como Escola Municipal Frei Modesto. Afirma que Ivone Savi Pessetti é um orgulho para o município de Timbé do Sul e a homenagem é muito merecida, pois honra toda sua trajetória na educação municipal. Agradece a todos os colegas Parlamentares que aprovaram o projeto por unanimidade na data atual.

Lembra que o último dia 24 de março completou 48 anos da maior enchente do sul de Santa Catarina no século XX, que atingiu drasticamente a cidade de Tubarão. Conta que aproveitou a data para protocolar uma moção de aplauso ao Major Cláudio Medeiros Varela, que na época da tragédia era comandante da Terceira Companhia do Exército de Tubarão.

Cita que o Major, hoje reservista do exército, e sua equipe tiveram uma atuação excepcional no salvamento de pessoas vítimas da enchente, bem como na recuperação da cidade e região. Agradece aos Parlamentares, os quais aprovaram por unanimidade esta moção que evidencia o brilhante trabalho realizado pelo Major Cláudio Medeiros Varela. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) – Concede a palavra ao Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Exibe vídeo que recebeu de uma família da região de Concórdia, o qual relata a grave crise que está sendo enfrentada pelos suinocultores independentes. Discorre sobre as dificuldades dos pequenos produtores, ressaltando que a Assembleia Legislativa está preocupada com esta questão.

Chama atenção dos partidos políticos para o prazo final da regulamentação dos títulos eleitorais, que ocorre no dia 4 de maio. Conta que, no dia anterior, participou de reunião junto com representantes de entidades de Joinville, os quais relataram preocupação com o número elevado de pessoas que moram na cidade e não tem o título regularizado, bem como com os jovens que ainda não fizeram seus títulos.

Destaca que atualmente é possível fazer este tipo de regularização, ou um novo título, de maneira totalmente digital. Ressalta que não é mais necessário que esse tipo de atividade seja realizada de forma física, pois a tecnologia do Tribunal Superior Eleitoral permite que as pessoas façam suas inscrições de título eleitoral pelo *smartphone*.

Pede aos Parlamentares e aos veículos de comunicação da Casa que ajudem a divulgar esta importante informação. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO RICARDO ALBA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão. *(Ata sem revisão dos oradores.)*

[Revisão: Taquígrafa Sara]

COMISSÃO PERMANENTE**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA.**

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, às treze horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões das Comissões e por videoconferência, sob a Presidência da senhora Deputada Ada de Luca, com amparo nos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da 10ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, referente à 3ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura. Foram registradas as presenças dos seguintes deputados membros da Comissão: Deputado Jessé Lopes, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado Julio Garcia. Justificadas as ausências do Deputado Dr. Vicente Caropreso, conforme Ofício nº 473/2021; do Deputado Fabiano da Luz, conforme Ofício nº 30/2021; e do Deputado Nazareno Martins, conforme Ofício nº 158/2021. Havendo quórum regimental, a senhora Presidente abriu a reunião, agradeceu a presença de todos e submeteu à apreciação a Ata da 9ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade. Na sequência, em atenção à Ordem do dia, a senhora Presidente abriu a palavra aos membros para relatoria e discussão de matérias. O Deputado Júlio Garcia relatou as seguintes matérias: PL./0493.1/2019, de autoria da Deputada Marlene Fengler, que consolida as leis que dispõem sobre políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres, exarou parecer pela aprovação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Jessé Lopes. PL./0117.2/2019, de autoria do Deputado Milton Hobus, que revoga o inciso xxv do art. 2º da lei complementar nº 587, de 2013, dispõe sobre o ingresso nas carreiras das instituições militares de Santa Catarina e estabelece outras providências, para o fim de abolir a exigência discriminatória prescrita; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Dando sequência à pauta da reunião, a senhora Presidente Deputada Ada de Luca relatou o PL./0358.6/2021, de autoria do Governo do Estado de Santa Catarina, que institui o benefício assistencial de caráter financeiro nos casos de gestação múltipla e estabelece outras providências; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo a senhora Presidente consultou o colegiado sobre a inclusão de um projeto extrapauta, que foi aprovada. Passou então à relatoria do PL./0190.0/2020, de autoria do Deputado Paulo Eccel, que altera a Lei nº 12.630 de 2003, que "Institui o Programa Estadual de Apoio à Mulher em Situação de Violência"; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião. E para constar, eu, Bernadete Sant' Anna, Assessora Técnica de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada será assinada pela senhora Presidente e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala de Reunião das Comissões, 15 de dezembro de 2021.

Deputada **Ada Faraco de Luca**

Presidente da Comissão de Direitos Humanos

Processo SEI 22.0.000009245-6

CADERNO ADMINISTRATIVO**GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS****ATOS DA MESA****ATO DA MESA Nº 210, de 7 de abril de 2022**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONCEDER à servidora **ELAINE PACHECO VIEIRA**, matrícula nº 10680, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos e Legislativo, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-5, a contar de 5 de abril de 2022 (DL-COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000009658-3

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 211, de 7 de abril de 2022

Altera o Ato da Mesa nº 434, de 2016, que “Regulamenta o Programa Antonieta de Barros (PAB), instituído pela Lei nº 13.075, de 2004”.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, conforme dispõem o parágrafo único do art. 63 do Regimento Interno, a Lei estadual nº 13.075, de 29 de julho de 2004, e a parte final do *caput* do art. 12 da Lei nacional nº 11.788, de 25 de setembro de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º O § 3º do art. 1º do Ato da Mesa nº 434, de 15 de agosto de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 3º Respeitadas as diretrizes fixadas por este Ato, os estagiários podem atuar em todos os setores administrativos da ALESC, sendo disponibilizada, em cada uma das diretorias, coordenadorias e gerências, ao menos 01 (uma) vaga de estágio para o PAB, observada a demanda de trabalho do setor.

.....” (NR)

Art. 2º O art. 3º do Ato da Mesa nº 434, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º O recrutamento e a seleção para o Programa devem ser acompanhados por Comissão Interinstitucional de Avaliação presidida pelo titular da Coordenadoria de Estágios Especiais e integrada por:

.....

III – 3 (três) servidores da ALESC, sejam eles efetivos, comissionados ou à disposição, designados pela Mesa, lotados, cada um deles, na:

- a) Diretoria-Geral;
- b) Coordenadoria de Saúde e Assistência; e
- c) Escola do Legislativo;

.....” (NR)

Art. 3º Fica acrescentado parágrafo único ao art. 5º do Ato da Mesa nº 434, de 2016, com a seguinte redação:

Art. 5º

.....

Parágrafo único. A Comissão Interinstitucional de Avaliação acompanhará todas as etapas do processo seletivo e deverá zelar pela estrita adoção dos critérios previstos na Lei estadual nº 13.075, de 2004, vedada a atribuição de critérios diversos, resguardando o sigilo dos dados pessoais dos candidatos, bem como das informações que embasam a classificação final do processo seletivo.” (NR)

Art. 4º O inciso V do art. 6º do Ato da Mesa nº 434, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º

.....

V – conceder auxílio-alimentação e auxílio-transporte ao estagiário;

.....” (NR)

Art. 5º Os incisos III, IV e V do art. 7º do Ato da Mesa nº 434, de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

.....

III – entrevista individual com os candidatos, sob responsabilidade do Setor de Serviço Social da Coordenadoria de Saúde e Assistência da ALESC, ou, na sua falta pela Agência Integradora;

IV – dinâmica de grupo, organizada pelo Setor de Psicologia da Coordenadoria de Saúde e Assistência da ALESC, ou, no seu impedimento, pela Agência Integradora;

V – compilação dos dados de cada uma das etapas do processo seletivo e divulgação da lista de candidatos selecionados, a cargo da Agência Integradora; e

.....” (NR)

Art. 6º Os incisos I e II do § 2º do art. 15 do Ato da Mesa nº 434, de 2016, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15.

.....

§ 2º

I – uniforme composto de 2 (duas) jaquetas, 4 (quatro) camisas do tipo polo e 2 (duas) calças jeans;

II – auxílio-alimentação;

.....” (NR)

Art. 7º O § 1º do art. 18 do Ato da Mesa nº 434, de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.

§ 1º Para complementar as atividades de aprendizagem e de formação profissional relativas ao Programa poderão ser disponibilizadas, pela Escola do Legislativo, aulas de apoio pedagógico, seminários, palestras e/ou atividades afins previamente analisadas e autorizadas pela Coordenadoria de Estágios Especiais da ALESC.

.....” (NR)

Art. 8º Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o inciso IV do art. 5º do Ato da Mesa nº 434, de 2016.

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 21.0.000017499-5

----- * * * -----

ATO DA MESA Nº 212, de 7 de abril de 2022

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE:

DISPENSAR a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, da função de Chefia de Seção - Compras de Bens e Serviços, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 21 de fevereiro de 2022 (DA - COORDENADORIA DE RECURSOS MATERIAIS).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000002719-0

----- * * * -----

ATO DA MESA Nº 213, de 7 de abril de 2022

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, com redação dada pela Resolução nº 009, de 19 de dezembro de 2013, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

DESIGNAR a servidora **JULIANA ELENA BASSETTI**, matrícula nº 6324, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa para exercer a função de Chefia - Secretaria de Comissão Permanente, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 21 de fevereiro de 2022 (DL - CC - COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000002719-0

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 214, de 07 de abril de 2022

a mesa da assembleia legislativa de santa catarina, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso xvi e parágrafo único do artigo 63 do regimento interno da alesc,

RESOLVE:

DISPENSAR EVANDRO PIMPAO DE OLIVEIRA, matrícula nº 8633, servidor do Executivo - Agência de Desenvolvimento do Turismo de Santa Catarina - SANTUR, colocado à disposição desta Assembleia Legislativa, da Função Gratificada de Assessoria Técnica-Parlamentar, código PL/FG-4, do Grupo de Atividades de Função Gratificada do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1º de abril de 2022 (GAB DEP CELSO ZUCCHI).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000007846-1

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 215, de 07 de abril de 2022

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONCEDER à servidora **LUCIANA CASTRO ALTHOFF**, matrícula nº 7786, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos e Legislativo, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-5, a contar de 5 de abril de 2022 (DL-COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000009670-2

————— * * * —————

ATO DA MESA Nº 216, de 07 de abril de 2022

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 20-A da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONCEDER à servidora **MARIA APARECIDA DE BRITTOS MOLGARO**, matrícula nº 5470, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa Retribuição Financeira por Operação de Sistemas de Processos Administrativos e Legislativo, no valor correspondente ao da Função de Confiança, código PL/FC-5, a contar de 6 de abril de 2022 (DL -COORDENADORIA DAS COMISSÕES).

Deputado **MOACIR SOPELSA** - Presidente

Deputado **Ricardo Alba** - Secretário

Deputado **Rodrigo Minotto** - Secretário

Processo SEI 22.0.000010038-6

PORTARIAS**PORTARIA Nº 512, de 5 de abril de 2022**

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **CARINA JANUÁRIO**, matrícula nº 9196 designada pela respectiva Deputada, é a responsável pelo Gab Dep Ana Paula da Silva para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores externos e internos.

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009666-4

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 520, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MARIO CARLOS GOULART**, matrícula nº 2776, de PL/GAB-76 para o PL/GAB-63 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - LUIZ FERNANDO VAMPIRO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009865-9

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 521, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **MATEUS BENHUR NATAL**, matrícula nº 9717, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-49 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - LUIZ FERNANDO VAMPIRO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009854-3

_____ * * * _____

PORTARIA Nº 522, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **TATIANE BERTE**, matrícula nº 7769, de PL/GAB-60 para o PL/GAB-64 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 04 de abril de 2022 (GAB DEP - MARCOS VIEIRA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009472-6

————— * * * —————

PORTARIA Nº 523, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde da servidora abaixo relacionada:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. SEA nº
4406	ELZAMAR ALVES DANTE	90	29/03/2022	1139/2022

Andre Luiz Bernardi
Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000009668-0

————— * * * —————

PORTARIA Nº 524, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR ANDERSON ROSSI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-72, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP - LUIZ FERNANDO VAMPIRO – CRICIUMA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009877-2

————— * * * —————

PORTARIA Nº 525, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016,

RESOLVE:

PUBLICAR que a servidora **NOEMI MARIA DE SOUZA PERON**, matrícula nº 11350 designada pelo respectivo Deputado, é a responsável pelo Gab Dep - SERGIO MOTTA para fins de convalidação e controle de frequência dos servidores externos .

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009576-5

————— * * * —————

PORTARIA N° 526, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **ALESSANDRO MENDES MOTA**, matrícula n° 5397, de PL/GAB-96 para o PL/GAB-81 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - FELIPE ESTEVÃO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009981-7

_____ * * * _____

PORTARIA N° 527, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **PAULO VEZENTAINER**, matrícula n° 10213, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-68 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP- ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009987-6

_____ * * * _____

PORTARIA N° 528, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR PAULO VEZENTAINER, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (LIDERANÇA DO PP – TIMBÓ).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009992-2

_____ * * * _____

PORTARIA N° 529, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **LUCAS DE CAMPOS**, matrícula nº 9411, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-50 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - ANA CAROLINE CAMPAGNOLO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009905-1

———— * * * ————

PORTARIA Nº 530, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

NOMEAR LUCAS DE CAMPOS, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-73, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (LIDERANÇA DO PL – CRICIÚMA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009955-8

———— * * * ————

PORTARIA Nº 531, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **TIAGO JOSÉ BREITEMBACH**, matrícula nº 10456, de PL/GAB-51 para o PL/GAB-57 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000010008-4

———— * * * ————

PORTARIA Nº 532, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, da servidora **NEUSA KLEIN**, matrícula nº 11098, de PL/GAB-54 para o PL/GAB-57 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000010012-2

———— * * * ————

PORTARIA N° 533, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **MABEL CRISTINA MARQUES ZIEGLER**, matrícula n° 10931, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAL-68 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (LIDERANÇA DO PP).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009954-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 534, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **LAURETE DE SOUZA SCHMITZ** matrícula n° 9268, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009972-8

_____ * * * _____

PORTARIA N° 535, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **EGON BENTO BAUM**, matrícula n° 5218, de PL/GAB-67 para o PL/GAB-65 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000010053-0

_____ * * * _____

PORTARIA N° 536, de 6 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora **CLEIDE COELHO SCHREINER**, matrícula n° 10870, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/_GAB-67 do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP - ALTAIR SILVA).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009964-7

_____ * * * _____

PORTARIA N° 537, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MARCOS VICTOR CARDOSO**, matrícula n° 9349, de PL/GAB-80 para o PL/GAB-90 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP FELIPE ESTEVÃO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000010062-9

————— * * * —————

PORTARIA N° 538, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4° da Lei Complementar n° 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções n° 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **MARCOS AUGUSTO DEMETRIO MEURER**, matrícula n° 9382, de PL/GAB-93 para o PL/GAB-100 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 6 de abril de 2022 (GAB DEP ANA CAMPAGNOLO).

Jean Carlos Baldissarelli
Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000010066-1

————— * * * —————

PORTARIA N° 539, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício de suas atribuições, com amparo no artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015, c/c o Ato da Mesa n° 195, de 16 de junho de 2020, e o Ato da Mesa n° 149, de 30 de abril de 2020,

RESOLVE:

AUTORIZAR o servidor **SÉRGIO NEVES SELAU**, matrícula n° 9736, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, ocupante do cargo de Coordenador de Tesouraria, código PL/DAS-6, com fundamento no art. 45, incisos II e VIII da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, a realizar despesas sob o regime de adiantamento no valor de R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais), para pagamento de diárias a deputados e servidores, por conta da subação 1138 - Administração de Pessoal e Encargos, e Natureza de Despesa 33.90.14.14 - Diária Civil.

André Luiz Bernardi
Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000009975-2

————— * * * —————

PORTARIA N° 540, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL n° 002/2022, firmado pela ALESC e a empresa GHIROTTI PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS EIRELI, a fim de atender as demandas da DCS - COORDENADORIA DE TV.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 002/2022, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – LUCIA HELENA VIEIRA, matrícula nº 4713, Diretora de Comunicação Social, lotação na DG - Diretoria de Comunicação Social, como Gestora; e

II – GICIELI DE FATIMA DALPIAZ, matrícula nº 6503, Coordenadora de TV, lotação na DCS- Coordenadoria de TV, como Fiscal.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andre Luiz Bernardi

Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000009869-1

----- * * * -----

PORTARIA Nº 541, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

CONSIDERANDO o Contrato CL nº 023/2022, firmado pela ALESC e a empresa AUDIENCY BRASIL TECNOLOGIA LTDA., a fim de atender as demandas da DCS- COORDENADORIA DE RÁDIO.

CONSIDERANDO o Ato da Mesa 317, de 19 de novembro de 2020, que “Dispõe sobre a gestão e a fiscalização dos contratos administrativos no âmbito da ALESC”;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê que “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado [...]”,

RESOLVE:

Art. 1º Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato CL nº 023/2022, durante sua vigência, de acordo com o previsto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam designados os seguintes servidores com as respectivas atribuições:

I – LUCIA HELENA VIEIRA, matrícula nº 4713, Diretora de Comunicação Social, lotação na DG - Diretoria de Comunicação Social, como Gestora; e

II –SUELEN CLAUDETE COSTA, matrícula nº 6368, Coordenadora de Rádio, lotação na DCS- Coordenadoria de Rádio, como Fiscal.

Art. 2º Para os fins desta Portaria, os servidores designados devem observar o disposto no Ato da Mesa nº 317, de 19 de novembro de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Andre Luiz Bernardi

Diretor-Geral

Processo SEI 22.0.000009869-1

----- * * * -----

PORTARIA Nº 542, de 7 de abril de 2022

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

NOMEAR MARISA NUNES PAIM, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-32, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (GAB DEP ADRIANO PEREIRA – CHAPECÓ).

Jean Carlos Baldissarelli

Diretor de Recursos Humanos

Processo SEI 22.0.000009866-7

----- * * * -----



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC

Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia